

CORREIO BRAZILIENSE

Educação articula esquema de pressão

Consesta a se definir as prioridades que deverão ser propostas ao Tratado da Assembleia Nacional Constituinte através das tendências e campanhas atividades das eleições do último mês de 15 de novembro.

Um dos setores que deverão merecer cuidados especiais é o da Educação. A complexidade, a importância e a importância desse segmento básico do campo social deverão ser objeto de propostas interdisciplinares. E nesse sentido já se movimentam técnicos e especialistas que integrarão o corpo de legisladores da nova Constituição.

Para o deputado Ubiratan Aguiar, eleito pelo Ceará à Assembleia Nacional Constituinte ensinar não repousar do trabalho através das leis que Fedem à nossa sociedade a fim de chegar aos pilares da sustentação dos setores político, social e econômico.

Ubiratan exercera as funções de Secretário de Educação durante o Governo Getúlio Vargas e sua experiência, as observações e os desafios que educacionalmente pretende levar para os debates constituintes e para as novas opções desse atividade mais pessoalmente amadurecidas.

PROSPECTIVA

Se se fizer uma retrospectiva desse setor, serão mais importantes do segmento social, na Educação brasileira encontram tratamento que a respeito a planos secundários, das últimas anos a fio de crescimento da União parciais inferiores a 5% da renda tributária. Enquanto se, assim, uma política que marginaliza o povo do processo educativo, mas das opções para manter o subsistido de constituintes e de interesses vivos de ele-

tema derrubado pela Nova República.

Para Ubiratan Aguiar, a luta do senador João Calmon para tornar obrigatória a vinculação de recursos constitucionais no montante de 13% se constitui num marco histórico, uma conquista fundamental para dar bases duradouras à política educacional. Para Aguiar esses recursos, embora significativamente valiosos, ainda são insuficientes para enfrentar a grave crise que hoje abala a escola pública brasileira nos seus três graus.

Por outro lado - é ainda Ubiratan Aguiar quem fala - há que se observar que sendo a União a grande concentradora da renda nacional, fatos que comprometem o próprio princípio federativo, obriga a que Estados e Municípios consagrem percentuais muito mais elevados do que aqueles que o Governo Federal destina. Ademais é bom observar-se que o Tesouro Nacional, através do Ministério da Educação, repassa aos Estados e municípios dotações para investimentos - construção, equipamento e reforma - deixando a descoberto as verbas de custeio, ou seja, pessoal e material de consumo - por conta das unidades federadas. Exatamente aqueles de mais difícil gerenciamento, impedindo por isso mesmo a adoção de uma política salarial condigna, comprometendo o desempenho global do setor.

ESPAÇOS

Tudo isso ocorre sem que se faça uma reflexão mais aprofundada do setor educacional brasileiro, mergulhado hoje num fosso que separa os que planejam e decidem sobre a Educação daqueles que fazem o ensino e o administram - prossegue o educador cearense para

acentuar em seguida:

Necessário se faz, portanto, que se atente para as recomendações sóbrias e oportunas do documento expedido pelo atual Conselho Nacional de Secretários de Educação ao propor a urgência de se garantir na lei fundamental do País a universalização do ensino a todos os brasileiros, através da escola pública; o estabelecimento dos fins que norteiam a educação nacional; uma escolarização mínima, obrigatória e gratuita proporcionada pelos Poderes Públicos; o respeito ao pluralismo ideológico na vida escolar; a unidade nacional e as diversidades regionais na formulação dos conteúdos pedagógicos; a efetiva descentralização normativa, administrativa e financeira; o aumento dos aportes financeiros para atender às crescentes exigências do custeio escolar; a integração entre os três graus de ensino; e finalmente uma efetiva valorização do magistério e do estudante.

E para finalizar Ubiratan Aguiar, que desenvolveu no Ceará uma moderna administração do setor educacional, lembra "a existência de imensos espaços a conquistar, de questionamentos até aqui abordados em superfície ou simplesmente relegados e de problemas que se eternizam sem novas opções para reorientá-los e que terão na Assembleia Nacional Constituinte o grande fórum para analisá-los e provê-los dos instrumentos indispensáveis para garantir uma ação continuada, duradoura e que ofereça as respostas que a Nação precisa para mobilizar em taxas máximas de utilização o mais nobre e o mais precioso de seus valores permanentes: os recursos humanos.

ANC 88
Pasta Dezembro/86
061